

CRISE E REVOLUÇÃO: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO CAMPO

João Pedro Stédile¹

Por: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Celi Taffarel, Claudio Lira, Elza Peixoto e Paulino Orso.

Para o número 2 da *Germinal: marxismo e educação em debate* – cuja temática é “Crise e Revolução” – estava em questão a realização de uma entrevista com uma experiência de luta concreta, que tivesse condições de avaliar o cenário de crise, e nele, os impactos para a luta dos trabalhadores e as possibilidades reais de ação que, neste cenário, estão se abrindo. Que outra experiência brasileira poderia ser entrevistada a não ser o movimento dos trabalhadores do campo, internacionalmente respeitado e reconhecido? As condições objetivas viabilizaram a conversa com um dos principais líderes do movimento no Brasil: João Pedro Stédile. Entre setembro e outubro de 2009 foi estruturado o roteiro que sustentou a entrevista (que aconteceu no dia 25/09 em Salvador) conduzida por Claudio Lira, por ocasião da presença de Stédile no 15º Encontro Estadual das Educadoras e Educadores do MST² (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS) ocorrido no período de 24 a 27 de setembro de 2009. O roteiro – elaborado por Maria de Fátima Pereira, Celi Taffarel, Claudio Lira, Elza Peixoto e Paulino Orso – procurou abranger (1) as origens históricas do MST; (2) os eixos de articulação do movimento; (3) as influências ideológicas a ele subjacentes; (4) as metas históricas e o projeto de sociedade que o conduz; (6) os impactos da crise econômica sobre a organização dos trabalhadores do campo e o MST; (7) a análise conjuntural do movimento dos trabalhadores em geral, incluindo as disputas e as possibilidades de unificação da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina; (8) o projeto do MST para a educação dos trabalhadores do campo; (9) os enfrentamentos e as parcerias do MST com/contra o poder público no âmbito da garantia de educação para os trabalhadores do campo hoje; (10) as possibilidades concretas de superação revolucionária do capitalismo e as contribuições do MST no processo de articulação das diferentes frentes e movimentos de luta. O resultado é uma leitura de conjuntura enraizada nos embates diversos enfrentados pelo movimento dos trabalhadores do campo, que expõe seus limites e possibilidades, destacando-se as condições objetivas, as demandas e os desafios que a classe trabalhadora e a esquerda devem superar.

G. Como, quando e porque surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra? Quais são as forças que participam de sua articulação original?

S. O Movimento Sem Terra nasceu na década de 1970, como parte daquele processo de reascenso do movimento de massas que houve no Brasil, em que o povo brasileiro e a classe trabalhadora reconstruíam as forças populares, que começaram por lutas específicas que estavam sendo

massacradas pela ditadura e se transformaram em lutas contra a ditadura militar e pela redemocratização do país. Então, assim como na cidade ressurgiram as greves e os movimentos políticos, no campo os camponeses perderam o medo dos militares e retomaram lutas localizadas, seja de tomas de terra, seja de luta por preços, de recuperação do movimento sindical. Então essa confluência toda gerou muitas ocupações de terras no país inteiro e em seguida, então, houve um processo de unificação dessas lutas localizadas que deram origem no início da década de 80 ao MST. E, portanto, a rigor ele é o resultado de todo um movimento de massas que houve na sociedade brasileira e evidentemente que ele foi impulsionado por diversas forças que atuavam na nossa sociedade, seja das igrejas cristãs (católica, luterana, presbiteriana), seja do ressurgimento do movimento sindical combativo, seja de grupos de esquerda que haviam sobrevivido à ditadura militar. E isso combinado com esse clima de redemocratização gerou as condições propícias para que nascesse no campo o MST como uma forma de lutar pela reforma agrária e resolver o problema dos pobres do campo.

G. Como o MST consegue agregar tantos trabalhadores? O que o articula, qual o elo articulador do movimento?

S. O principal aspecto é que procuramos trabalhar com os pobres do campo. Não é difícil identificar nas comunidades rurais, reunir-se com os trabalhadores e debater com eles quais são os seus principais problemas. E, entre os mais pobres o problema central é a posse e o uso da terra. Porque não tendo terra, o trabalhador se obriga a trabalhar para os outros nas condições de maior exploração possível, seja como assalariado rural, seja como arrendatário, como parceiro ou mesmo fazendo trabalhos migrantes. Então é muito fácil identificar esse enorme contingente de trabalhadores que há no meio rural que vêem na terra a possibilidade de redenção da sua condição de exploração e ao mesmo tempo a possibilidade deles resolverem os seus problemas concretos na vida e de melhorar de vida, porque no fundo o que todas as pessoas almejam é ter uma vida mais digna para poder, como eles mesmos dizem, “dar futuro para os filhos”. E a luta pela terra, então, se transformou na principal motivação para reunir essas pessoas, essas famílias, aglutiná-las e preparar nas suas regiões as ocupações de terras e a pressão para que haja a reforma agrária.

G. O MST sofre influências do marxismo? Quais as vertentes que o influenciam e quais são os impactos desta perspectiva na organização do movimento?

S. Eu acho que as influências ideológicas do MST foram de várias vertentes. Da *Teologia da Libertação*, que buscou uma interação com o marxismo, utilizando elementos científicos de análise da realidade da sociedade capitalista, do movimento sindical combativo, que se utilizava desse instrumental para identificar as classes sociais e de setores da esquerda que haviam lutado na clandestinidade contra a ditadura militar e que tinham uma formação teórica, ideológica marxista. Mas, dentro do MST, não gostamos de usar esse rótulo, porque achamos que ele é muito simplista. O principal pra nós é que a

classe trabalhadora em geral, os seus movimentos e o MST em particular, devem se apropriar daqueles elementos científicos desenvolvidos pelos clássicos para interpretar o capitalismo, seja da economia política, da filosofia, da história, seja da pedagogia. E embora Marx tenha sido um gênio e tenha sido o primeiro dos clássicos a fazer essa análise tão profunda do capitalismo, após Marx o capitalismo evoluiu e também surgiram muitos outros pensadores. Então reduzir ao pensamento de Marx seria inclusive não ser fiel à tese que ele mesmo defendeu de que nós precisamos permanentemente analisar a realidade de uma maneira crítica e desde a perspectiva da libertação dos que trabalham. Essa é a perspectiva ideológica do MST: ser aberto, ser plural às várias correntes que procuram interpretar a realidade, se apropriar desses conhecimentos científicos para nos ajudar a ter mais segurança na interpretação da realidade que nós vivemos nos dias de hoje.

G. O MST é um movimento revolucionário? Que projeto de sociedade o conduz?

S. Acho que a pergunta é muito reducionista. Eu acho que nosso movimento é um movimento radical, no sentido de que ele procura ir às raízes das causas da desigualdade da sociedade brasileira. E, portanto, ele procura lutar para superar essas contradições. A expressão movimento revolucionário acho que é mais adequada àqueles movimentos políticos, às organizações políticas que lutam pelo poder, ou seja, que lutam pela transformação do Estado. A rigor, nosso movimento é apenas um movimento social, não é na essência um movimento político de luta pelo poder. Mas ao ser um movimento social evidentemente que ele tem componentes de luta pela transformação da sociedade. Então evidentemente que poderíamos também atribuir a ele um caráter revolucionário. Mas acho que é um pouco um rótulo. É melhor trabalharmos com a perspectiva de que nós queremos uma outra sociedade – uma sociedade que não seja mais tão injusta como a nossa, uma sociedade onde haja democracia plena, onde não haja mais exploração dos que trabalham, onde haja igualdade social. E esses são os fundamentos que nortearam desde o início o movimento, digamos, os nossos objetivos gerais, que estão lá demarcados inclusive como uma espécie de princípios para os quais nós lutaríamos, ou seja, lutar por uma sociedade onde não haja mais explorados e exploradores, por uma sociedade onde todos tenham as mesmas oportunidades – de trabalho, de vida, de cultura – e evidentemente que a nossa parcela pra contribuir para a construção dessa sociedade é lutar para as mudanças no meio rural, que é o nosso espaço de atuação social.

G. O MST tem, em sua história, fortes vínculos com a Igreja Católica. Mesmo sendo com uma ala progressista, como o MST elabora sua práxis comprometida com a vida real em contradição com a ideologia de transcendentalismo metafísico da Igreja?

S. A nossa vinculação com as igrejas não foi só com a católica, mas com as igrejas cristãs em geral. Eu acho que ela se deu pela realidade do meio rural que atuamos. Primeiro: havia uma influência ideológica muito grande das igrejas no trabalho de organização dos camponeses, e no nosso caso essa influência foi positiva, porque aqueles agentes pastorais que atuavam e atuam no meio rural

organizando o povo, eles em geral se abastecem teoricamente das doutrinas que estão na *Teologia da Libertação*. Portanto, utilizam o instrumental científico do marxismo para interpretar a realidade. E aí então havia uma identidade também na forma de você interpretar a realidade atual. E o segundo aspecto é que há na cultura camponesa um enraizamento da religiosidade. Ou seja: a religião para o camponês não é o “ópio do povo”, como Marx descreveu em relação às religiões da Idade Média. E que naquela época de fato eram ópio. Para o camponês brasileiro e em geral da América Latina a religiosidade tem um componente muito mais cultural. De cultivar valores, de congregação social, de identidade do grupo. Então procuramos sempre valorizar essa prática da religiosidade como parte da prática de valores da sociabilidade, da congregação, da solidariedade, da igualdade, da comunidade. E procuramos, então, aproveitar essa tradição cultural utilizando-a, no bom sentido (não no sentido oportunista) para construir um projeto de libertação. Naquilo que dizemos, ser a “mística” religiosa que o camponês usa, que ele procura atribuir a um mistério, a sua redenção. E, portanto quando ele reza, se concentra em alguma atividade para buscar a solução para os seus problemas. Nós procuramos adaptar essa tradição do “mistério” para transformar o mistério em um projeto de mudança da sociedade, e daí é que vem a nossa prática cultural da mística. Quando nas nossas atividades do movimento dizemos que vamos fazer uma mística, na verdade é uma palavra mal empregada, porque no fundo estamos celebrando de forma coletiva e de uma maneira cultural, a projeção do projeto de mudança social, que ainda é um mistério, ou seja, que ainda não está palpável. Então, como ele é um mistério, tu não enxergas, tu não apalpas, a maneira de cultivar esse projeto é através de manifestações culturais, é através do desenvolvimento de práticas que congregam as pessoas e que de certa forma trazem para o nosso ideário essa vontade pessoal de você lutar para alcançar aquele projeto. Em minha opinião, as contribuições principais que nós tivemos com as igrejas nessa interação foram nesses dois campos: a interpretação da realidade do meio rural e no uso das práticas religiosas para alimentar o projeto de libertação.

G. Qual a leitura que o MST faz da atual conjuntura? A partir desta leitura, quais são as metas de curto, médio e longo prazo que o movimento está estabelecendo?

S. A leitura que fazemos da história da luta de classes no Brasil, utilizando do instrumental teórico dos clássicos, sobretudo o que nos ensina a história dos povos, é que a luta de classes nos países funciona em ciclos. Há períodos em que a classe trabalhadora avança e acumula forças em torno do seu projeto de libertação. Há momentos de embate, de intensa disputa, de definições. E há períodos de refluxo do movimento de massas, quando ele é derrotado. Até que se forme um novo ciclo. E assim vai ocorrendo sucessivamente na história dos povos, sobretudo no capitalismo.

Aqui no Brasil aconteceu isso também. Ao longo do século XX é perceptível como se formam ondas, ciclos na luta de classes brasileira. E para, pegar o último período, em 1964 houve um embate de projetos, em que a classe trabalhadora foi derrotada e houve um descenso do movimento de massas até 1978/1979, quando nos recuperamos, acumulamos forças (e é aí que nasce o MST), e isso vai até

1990. Quando houve um embate de projetos e nós fomos derrotados. Essa derrota levou a um refluxo no movimento de massas até os dias de hoje.

Então estamos vivendo nesse momento, conjunturalmente, um momento histórico adverso para os interesses da classe trabalhadora, porque a derrota daquele projeto democrático popular de 1989 – produziu um refluxo do movimento de massas. Produziu uma dispersão nas forças. E nesse momento ainda não vislumbramos um processo de reascenso do movimento de massas, que possa acumular forças e que possa de novo reconstruir um novo projeto da classe trabalhadora. E, por isso, a cada ano as forças de esquerda e populares se dispersam cada vez mais.

Mas isso não significa que vai ser sempre assim – justamente a história nos ensina o contrário – logo haverá um reascenso do movimento de massas e certamente poderemos viver um novo período histórico de acúmulo de forças e que recoloca a classe trabalhadora do campo e da cidade como protagonista político na sociedade, o que nesse momento ela não tem.

No atual momento, as forças da classe trabalhadora estão ausentes na luta política da classe. E essa é a situação trágica que vivemos nessa conjuntura. Então, diante disso, a militância tem que olhar como uma perspectiva de longo prazo. E para o longo prazo, é preciso que adotemos não como metas, mas como uma prática cotidiana aquilo que sempre foi feito pela classe trabalhadora para poder reconstruir um novo ciclo: primeiro, estimular todo tipo de luta social; segundo, formar quadros de militantes que tenham uma leitura da sociedade brasileira; e terceiro, ir construindo esse projeto da classe trabalhadora que possa ser uma referência teórica e política. E, embora todos tenhamos como projeto estratégico de longo prazo o socialismo, ele é insuficiente para organizar a classe para a luta do cotidiano. Então, quando se fala em projeto, na verdade é o que aparece lá nos clássicos como “programa mínimo”, ou seja, nós temos que conseguir ter um projeto de curto prazo que ajude a dar unidade, para aglutinar forças que vão acumulando para esse projeto de longo prazo, que é o socialismo, que é a superação do modo de produção capitalista.

G. A crise que acomete o modo de produção capitalista – que muitos apontam como não mais cíclica, mas estrutural – trouxe impactos para o MST? Como o movimento a está enfrentando?

S. A crise capitalista que começou nos últimos dois anos – que, concordamos, é mais do que cíclica, é uma crise estrutural e, portanto, vai ser de longo prazo – ela não afetou tanto o movimento em si. Ela afetou mais a forma de organização capitalista da agricultura brasileira, porque, ao ser uma crise do capital, evidentemente que os seus efeitos principais acontecem na classe dominante, na forma do capital se movimentar. E aqui no Brasil eu acho que as conseqüências principais que houve nessa crise é que ela levou a um processo de ainda maior concentração da produção capitalista. Ou seja: o capital financeiro internacional em crise em todo o mundo correu para o Brasil para se proteger. Entrou no Brasil muito capital financeiro que se transformou em patrimônio, se apoderando de recursos naturais,

investindo em terras, minérios, energia hidroelétrica, água, reservas florestais, parcelas enormes da Amazônia.

A conseqüência da crise do ponto de vista dos interesses do povo brasileiro é ainda mais perversa, porque ela está levando a que haja uma maior desnacionalização dos nossos recursos naturais, uma maior concentração das empresas transnacionais no controle da agricultura, da produção agrícola, e com isso também um poder oligopólico maior ainda dessas empresas.

E, as conseqüências políticas agora para o nosso movimento é que a luta por mudanças sociais na agricultura ficou muito mais difícil, porque o inimigo é mais forte. As classes dominantes que controlam o agronegócio brasileiro se internacionalizaram. Um caso típico que estamos enfrentando é o do Banco Opportunity, que é o “testa de ferro” do Citygroup. Eles compraram em dois anos, 600 mil hectares de terra no Pará. Então, quando ocupamos uma fazenda deles, você não está mais ocupando um latifundiário atrasado da região amazônica. Quebrado! Agora você está enfrentando um banco que tem relações internacionais, que tem ações na mídia e, portanto, reage com muito mais força contra possíveis mudanças. Mas por outro lado, também, apelando para a dialética, evidentemente que esse maior poder de concentração do capital traz contradições muito grandes para eles, porque ao concentrar ainda mais, ao deixar a nossa agricultura ainda mais dependente deles, isso gerou um modelo tecnológico que não tem futuro, porque é uma agricultura totalmente dependente de agrotóxicos, é uma agricultura totalmente dependente da mecanização e, portanto, agressora do meio ambiente e que produz só alimentos contaminados e expulsa a população do campo. Então é um modelo agrícola que não tem futuro e traz dentro de si contradições que, a médio prazo, vão nos ajudar a conscientizar a população de que ele é um modelo anti-social.

G. Na leitura que o MST faz da crise quais as perspectivas que vê para a revolução do capitalismo? O MST já construiu experiências concretas a este respeito?

- S. Eu acho que a situação ainda é muito confusa, porque se por um lado há uma crise do modo de produção capitalista, do outro lado nós estamos vivendo um descenso do movimento de massas em todo o mundo e uma crise ideológica das esquerdas, nos partidos, nos sindicatos e nos movimentos em geral. Então, eu acho que ainda vai demorar um pouco para que haja um processo de efervescência social e uma maior unidade entre as forças. Sobretudo no hemisfério sul, porque nos países capitalistas centrais a classe trabalhadora já foi derrotada pelo próprio desenvolvimento tecnológico e hoje as parcelas que mais lutam lá são os migrantes. Então eu acho que a crise ajuda a abrir alternativas, ela vai impulsionar a que se retome um novo ciclo, mas não vai ser no curto prazo, ou seja, vai ser um processo mais lento do que esperávamos. Nós achávamos que a crise provocaria reações da classe trabalhadora de uma maneira mais rápida e isso não vem acontecendo. Então as perspectivas ainda são de termos um pouco mais de paciência histórica e de não vermos apenas como uma forma esquemática que a simples crise do capitalismo pode superá-lo. Porque nas crises eles também se renovam, eles só mudam o centro da acumulação deles e, no fundo, no fundo, as possibilidades de

mudanças não são apenas pela crise econômica, as possibilidades de mudança são basicamente políticas. Então se os debates, se a classe trabalhadora não tiver capacidade de organização política para ter consciência do que está acontecendo e construir unidade em torno de seu projeto, mais demorada fica a possibilidade de uma reação, de uma mudança.

G. Como o MST avalia o atual estágio da organização e luta sindical no Brasil e o movimento de criação de várias centrais sindicais, diferente dos anos 80/90 do século passado com poucas centrais sindicais aglutinando amplos setores da classe?

S. Eu acho que isso, como eu comentei antes, já é reflexo desse refluxo do movimento de massas, da crise ideológica da esquerda, de um período histórico de derrota da classe. No período de descenso, tudo vira problema e a tendência é as pessoas, ao invés de se agregarem, se dividirem ainda mais, buscarem os seus “guetos” como uma espécie de proteção e resistência. No caso brasileiro é ainda mais trágico, porque a gente sabe que a maioria dessas divisões que houve foi até no sentido mais corporativo de acessarem de forma diferenciada os recursos públicos, como o imposto sindical, por exemplo, que cada central sindical agora passou a ter direito. Mas eu acredito que isso não é um problema central. O problema central é nós recuperarmos as lutas de massa. E quando nós recuperarmos as lutas de massa, elas vão dar uma nova unidade nas formas de organização, e, oxalá, no futuro, mesmo que se mantenham várias siglas no movimento sindical, as lutas de massa vão dar uma unidade para que todos lutem pelo mesmo projeto. Agora mesmo nós estamos vendo com muito bons olhos essa bandeira que o movimento sindical abraçou da redução da jornada de trabalho para 40 horas. Se eles conseguirem fazer lutas de massas (greves, mobilizações) para pressionar e conquistar a jornada de 40 horas, isso vai ser uma grande conquista e pode dar unidade para todo mundo. Se eles só se mantiverem nas práticas de cúpula, de apenas irem as diretorias ao Congresso Nacional, de apenas fazer lobby, evidentemente que embora seja uma bandeira até socialista, eu diria, porque a redução da jornada de trabalho reduz o tempo de exploração e, portanto, ela permite mais tempo para o lazer, para a educação – ela liberta a classe trabalhadora. E eu acho que no movimento sindical nem eles têm consciência da importância que é reduzir a jornada de trabalho, mas vamos torcer que sendo uma bandeira tão boa, ela consiga estimular as lutas de massa, porque a burguesia brasileira já está reagindo, a burguesia brasileira não aceita a redução, ela sabe, ela sim tem consciência de classe. Então eu espero que a ação conservadora da burguesia brasileira permita desenvolver a consciência de classe do movimento sindical para eles se darem conta que essa conquista vai depender de muita luta na rua e não só no Congresso.

G. No momento atual o que pode ser o “elo mais forte da corrente” para unificar as lutas sociais no Brasil e na América Latina no sentido de acirrar a luta de classes perspectivando o fim do modo social baseado na exploração do homem pelo homem?

S. É muito difícil determinar isso porque isso não é apenas uma elaboração teórica, depende do estágio da luta de classes. Então cada país vai ter a sua dinâmica, seu ritmo. É claro que tem havido muitas

atividades unitárias aqui na América Latina. Tivemos o Fórum Social Mundial, temos uma Assembléia Mundial de Movimentos Sociais, temos uma articulação que estamos construindo dos movimentos sociais ao redor da ALBA para tentar com isso ir construindo, digamos, um programa mínimo continental. E, um programa mínimo teórico, até é fácil chegarmos a deliberações comuns nas reuniões em torno de alguns eixos, como por exemplo, a luta em defesa da soberania popular sobre os recursos naturais – minérios, petróleo, água, agricultura – que estão sendo assaltados pelo capital internacional em toda a América Latina, como eu acabei de explicar.

A luta contra o domínio do dólar. O dólar, ao ser imposto na Segunda Guerra Mundial como moeda internacional, ele é, na prática, o principal mecanismo de espoliação do capitalismo internacional. Então qualquer luta antiimperialista ou anti-dependência, tem que ser contra o dólar, para derrotar o dólar e construir uma nova moeda internacional. Assim como a luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora passa por demandas históricas de redução de jornada, de aumento de salário, de acabar com o superávit primário para que os recursos públicos sejam destinados às necessidades da população.

Mas tudo isso é em teoria. E em teoria se pode chegar a acordos muito bons. Temos uma carta dos movimentos sociais da América Latina que é uma plataforma unitária muito interessante. Mas isso é insuficiente – tu não podes te contentar em chegar em acordos no papel ou de reunião. Se esses acordos não se transformarem em lutas de massas, se as massas não compreenderem onde está o centro da disputa por um projeto, eles não passarão de exercícios diletantes, de sonhadores que querem mudanças, mas que ainda não tem força social acumulada para implementá-las. Então de novo o verdadeiro dilema não é resolver do ponto de vista teórico. O verdadeiro dilema é nós termos capacidade de botar nossas energias em organizar a população, organizar a luta de classes para que ali se crie um novo ciclo histórico e, no meio da luta, no meio do ciclo, então, se vai afinando a viola, vai criando unidade em torno do novo projeto. Essa é a situação que nós estamos vivendo agora.

G. Como o MST vê a macro-política de reorganização do mundo, de uma acentuada disputa por fontes energéticas, como o pré-sal, por alimentos, controle do conhecimento enquanto meio de produção e a educação das crianças e jovens da classe trabalhadora no Brasil?

S. Essa pergunta é uma tese de doutorado porque colocaram aí 302 temas juntos. Vou escolher um deles apenas. Como eu disse antes, a crise capitalista está levando a que os capitalistas em todo o mundo transformem o seu capital financeiro e se protejam nos recursos naturais, porque eles sabem que quando vier um novo ciclo de acumulação capitalista, quem vai ganhar mais dinheiro são aqueles que tiverem se apropriado, tiverem privatizado esses recursos que antes eram públicos e são naturais. Porque desde os clássicos (Marx, Rosa Luxemburgo) nós sabemos que entre os recursos naturais é onde existe maior possibilidade da taxa de lucro, porque os recursos naturais são escassos e o valor deles medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para transformá-los em mercadorias é muito baixo, por causa do desenvolvimento tecnológico, inclusive. Para você retirar minério de ferro é

preciso poucos dias de trabalho, para retirar o petróleo, poucos especialistas retiram aquele petróleo. Portanto, o valor real do petróleo é muito baixo, mas o seu preço no mercado, por ser um bem escasso, atinge proporções estratosféricas. O caso do petróleo: o valor real do barril de petróleo hoje no mundo varia de um dólar na Arábia Saudita, porque ele é quase à flor do solo, até aqui no Brasil, que é o custo mais alto, porque temos que buscar em águas profundas, a um custo de 12 dólares o barril. Mas o preço dele no mercado está algo entre 70/80 dólares. Essa diferença é uma mais-valia, que é apropriada por alguém. O capitalista sabe disso, e por isso que ele procura botar muito dinheiro, capital financeiro nisso, porque ele sabe que num novo ciclo de crescimento, de acumulação, é esse setor que vai dar mais lucro – na terra, na água, na energia elétrica, no petróleo, no minério.

Por outro lado, sabemos que essa crise está evidenciando que o modo capitalista de organizar a sociedade, baseado no consumismo desenfreado de automóveis, bens de consumo não duráveis, chegou a um limite. Um limite dos recursos naturais. Não há mais ferro no mundo para produzir essa loucura de 20 milhões de automóveis por ano. Não tem mais aonde colocar tantos automóveis. Em São Paulo não cabem mais todos os automóveis. Tem 6 milhões de veículos, e se todos saírem da garagem, ninguém se mexe. Então há limites físicos já para esse crescimento “capitalista”. Nós acreditamos que a crise traz uma contradição benéfica, e vai gerar um debate na sociedade sobre as suas conseqüências no meio ambiente, as suas conseqüências nas condições de vida da população. E a necessidade de pensarmos outros parâmetros para a vida social, não mais baseado nesse consumismo estúpido, burro, que está condenando as pessoas a ficarem três ou quatro horas por dia dentro de um automóvel. O automóvel virou uma prisão moderna dos idiotas da classe média, que acham que estão felizes porque compraram um carro novo e não se dão conta quanto ao tempo de vida que estão perdendo. Então a crise vai ajudar eles a se darem conta de que é uma estupidez organizarmos nossa sociedade em torno do transporte individual. O que era um serviço virou um objetivo de vida. Nesse sentido nós somos otimistas.

Eu acho que, o próximo ciclo, se vier como um reascenso de massas, pode trazer dentro dele também um grande debate que envolve o próprio sentido da forma de organizar a vida social. E aí também a educação terá um papel importante para fazer essa reflexão e deve envolver também um grande debate (que está incerto aí na pergunta que me foi feita), que é sobre os novos paradigmas tecnológicos.

Essa tecnologia que está aí, só foi utilizada pelo capital para obter lucro. Então precisaríamos que os estados em nome da sociedade conseguissem a curto e médio prazo fazer grandes investimentos em ciência e tecnologia, ou seja, em pesquisa e em investigação sobre formas mais viáveis, adequadas de resolver as necessidades fundamentais do ser humano, sem agredir a natureza. Exemplo: em vez de transporte individual, como vamos resolver tecnologicamente para que as nossas cidades tenham transporte coletivo rápido, barato e não poluente, que pode ser o metrô, mas pode ser outras formas a partir do metrô? E isso depende de pesquisa e ciência. Não basta dizer “o capitalismo não serve”. Assim como os problemas que estão sendo agravados de desequilíbrio climático vão precisar de muita pesquisa, para podermos readequar as condições ambientais e salvarmos o planeta – o que alguns

cientistas até mais exagerados, nós podemos dizer, colocam como uma situação trágica, que pode levar ao desaparecimento de muitas vidas no nosso planeta – porque ele está indo para um caminho de desequilíbrio total.

G. Quais os principais motivos que levam as autoridades, a burguesia agrária e o poder judiciário a proporem o fechamento de escolas itinerantes do MST como, por exemplo, no RS?

S. É uma situação particular. Muito burra. E por ser burra é que eles foram exagerados, e por isso teve repercussão nacional. Criou-se uma conjuntura no Rio Grande do Sul em que o governo atual não tem base social nenhuma. Ele foi eleito simplesmente a peso de ouro, com o financiamento da sua campanha por não mais do que dez empresas capitalistas nacionais e internacionais que querem transformar a matriz produtiva no Rio Grande do Sul. Nosso estado tem uma matriz produtiva baseada na pequena agricultura e na indústria que utiliza muita mão-de-obra, como por exemplo, de calçado, vestuário, móveis, bens não duráveis e agroindústria. E essa era a base social, inclusive, que permitia que se alternassem no governo o PMDB e o PT, ou seja, uma base social progressista do ponto de vista da sociedade. De repente chega a governadora Yeda, dos tucanos, que não tem base social nenhuma e eles aproveitaram uma divisão que houve dentro do PMDB e uma divisão que houve dentro do PT, que inviabilizou os dois. Com isso eles criaram chance de ganhar eleitoralmente. E só tiveram chance de ganhar eleitoralmente porque dez empresas financiaram a peso de ouro – grandes empresas que querem apenas transformar o Rio Grande numa plataforma de exportação de matérias-primas. A Gerdau, de aço; as papeleiras, três empresas que estão enchendo de eucalipto o Estado; a Souza Cruz, que no Rio Grande é o maior exportador de tabaco do Brasil e a General Motors, que tem a fábrica mais moderna do mundo lá, e a usa como plataforma de exportação sem pagar um centavo de ICM. Com esses truques fizeram a campanha e botaram um governo lá tipicamente fascista, mas que não tem base social. Então ele só se sustenta na base da corrupção e do monopólio da mídia, que lá no Rio Grande é um monopólio completo da RBS, filial da Globo, que é abastecida por esse dinheiro. Então esse projeto tipicamente fascista de um grupo da burguesia que nem sequer tem base social – ao contrário do PMDB, que tem base social – ele só se sustenta na base da prepotência, da manipulação ideológica da mídia e da força militar. A Brigada Militar no Rio Grande do Sul se transformou em cão de guarda dos interesses do capital. Perde completamente o sentido republicano. Eles não respeitam mais nada. Se sentem os donos do mundo, com impunidade total garantida pelo governo e pelo judiciário local.

Em uma greve de sapateiros, eles mataram sem nenhum motivo o líder da greve na frente de todo mundo no final de uma passeata, para dar exemplo para a classe. Mataram um companheiro nosso agora há quinze dias num despejo, atirando pelas costas com uma arma calibre 12, que nem bandido usa mais. Ou seja, é pra demonstrar “quem manda aqui”. Então nessa euforia da burguesia, de ter um governo fascista, se articularam com setores minoritários do Ministério Público Estadual de lá – de corte fascista também – para querer impedir – olhe o absurdo – que o MST mantivesse um acordo,

que tinha com a Secretaria de Educação estadual, que vinha desde o Governo Britto, há 12 anos atrás, que nos permite dar aulas nos acampamentos para que as crianças não perdessem o ano e continuassem estudando, até serem assentadas. Eles chegaram a esse absurdo de abrir um inquérito policial para proibir de dar aulas. O efeito prático que houve é que as professoras que recebiam o salário pela Secretaria de Educação não recebem mais. Mas nós continuamos dando aulas, para demonstrar a eles que nós não temos medo deles e que a educação para nós é um valor, não é simplesmente se o governo quer ou não. A educação é uma responsabilidade do Estado, mas a sociedade tem consciência de aplicá-la. E pior, temos diversos assentamentos, por tanto comunidades rurais estabilizadas, organizados pelo poder público, o Incra, em que o governo do estado não garante escola. Mas aí o Ministério Público estadual não diz nada!

E há também um outro grupo, pequeno, do Ministério Público Federal, também de corte fascista de uma região lá no interior que está usando a Lei de Segurança Nacional – da época da ditadura! – para abrir um processo para fechar o MST. Segundo suas mentes, seríamos uma ameaça à ordem pública. Mas isso, felizmente, é localizado e eu acho que no futuro vamos dar a volta por cima, tanto é que a sociedade gaúcha já está percebendo a natureza desse governo e há uma CPI instalada lá na Assembleia Legislativa pelo impeachment da governadora. Pelo calendário político vai ser difícil tirá-la logo do governo, mas política e ideologicamente ela já foi derrotada, ou seja, ela já foi execrada na opinião pública como uma governadora fascista, corrupta e que os próprios deputados querem derrubar.

G. Quais as contribuições do MST para o projeto de escolarização de uma América Latina soberana e emancipada do jugo imperialista?

S. A pergunta é muito ufanista. Somos menos pretensiosos. Acho que as contribuições que podemos dar é a vontade política de priorizar as iniciativas na área da educação. Para que todos os movimentos sociais percebam a importância que isso tem para a classe trabalhadora, de ter acesso aos conhecimentos. O MST, como movimento camponês, teve essa grande sabedoria coletiva em perceber que a verdadeira libertação do camponês não é apenas pela terra. Como nós dizemos, nós lutamos contra várias cercas. Primeiro, aprendemos a lutar contra a cerca do latifúndio para conquistar a terra, mas ela é insuficiente para libertar as pessoas. Só ter terra não liberta. Segundo, lutamos contra a cerca do capital, ou seja, o camponês sozinho não consegue acumular meios de produção para desenvolver as forças produtivas. A única maneira de o camponês sair da pobreza e desenvolver as forças produtivas da agricultura é se a sociedade ajudá-lo com a acumulação social. E isso se faz através da transferência de capital, de financiamentos para o agricultor poder comprar trator, montar cooperativas de agroindústria, etc. Então nós lutamos para democratizar o capital. O capital da sociedade que está acumulado no Estado. A terceira cerca que descobrimos é a cerca de ignorância, no sentido clássico da palavra, do desconhecimento. Não ter acesso ao conhecimento é uma barreira para a libertação do camponês e só a educação pode libertá-lo. O movimento colocou sempre muitas energias para pressionar o Estado, construir alianças com universidades, com setores progressistas para nós

construirmos uma alternativa de democratização da educação do campo. E agora estamos enfrentando uma quarta cerca, que é a da matriz, do modelo tecnológico. Porque havia também um desvio, vamos dizer assim, do camponês: depois que ele conquistava a terra ele queria imitar o fazendeiro vizinho nas técnicas agrícolas que o fazendeiro usa para produzir. E isso é inviável – usar agrotóxico, máquinas, etc. Então nós temos que reconstruir um conhecimento em torno de um novo modelo tecnológico, que são novas técnicas agrícolas que possam aumentar a produtividade do trabalho e da terra em equilíbrio com o meio ambiente. E é isso que nós chamamos de agroecologia.

Bem, então toda essa experiência, essa nossa vocação de enfrentar essas quatro cercas nós procuramos interagir com os nossos companheiros da América Latina, levando a nossa experiência e aprendendo com a experiência deles, e isso é que está em curso nos últimos quatro ou cinco anos na América Latina inteira. Várias iniciativas conjuntas de movimentos sociais, de movimentos camponeses para em conjunto podermos desenvolver experiências que ajudem a democratizar a educação, que ajudem a construir conhecimento na área de agroecologia. E isso também em parceria com governos progressistas, como é o governo de Cuba, da Venezuela, do Equador, da Bolívia, porque o Estado tem uma responsabilidade. Estamos construindo uma rede de escolas de agroecologia latino-americana, que chamamos de IALA – Institutos Agroecológico da América Latina – dentro desse espírito da ALBA. Tem a rede da ELAM, que é a Escola Latino Americana de Medicina, voltada para formar médicos com origens na classe trabalhadora. Já tem escola em Cuba, na Venezuela e estamos trabalhando a perspectiva de montar, no futuro, uma ELAM em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco, para justamente pegar o povo do semi-árido, do Nordeste e mais essa parte sul da América Latina. Temos também várias experiências coletivas de multiplicação de sementes como uma forma de controlarmos as sementes na agricultura e não ficar mais dependentes das multinacionais. E, também temos uma ação coletiva de difundir um método de alfabetização dos adultos que os educadores cubanos desenvolveram, que se chama método “Sim, eu posso”. O método é muito interessante e aqui no Brasil gerou alguma polêmica entre alguns pedagogos, mas é muito eficiente e é a combinação, digamos, da pedagogia de Paulo Freire com os meios de comunicação de massa. Ele é montado no espírito de Paulo Freire, mas em sistema de novela, em que utiliza a televisão para ajudar a prender a atenção do adulto e para o reforço. Então além do monitor, que tem uma presença orientando o processo de alfabetização e interagindo com os alunos, cada aula também tem uma duração de 45 minutos na forma de novela, em que os alunos vão prendendo a atenção e vão se estimulando para estudar. Esse método tem sido muito eficaz. A Venezuela o utilizou para resolver o analfabetismo em dois anos. A Bolívia resolveu em dois anos. E, em vários países onde os governos não assimilaram, como aqui no Brasil, nós estamos fazendo convênios com prefeituras, governos de Estados, vamos fazer um convênio aqui na Bahia para multiplicar esse método e aí também libertar milhões de pessoas que ainda não conhecem as letras na América Latina inteira.

G. Como o MST se situa frente às políticas educacionais de Estado no Brasil e as políticas implementadas nos dois últimos mandatos do Governo de Luís Inácio Lula da Silva?

S. Bem, todos vocês sabem, já que vocês atuam mais na área da Educação, que a educação pública, no Brasil foi dilapidada, destruída naqueles oito anos de neoliberalismo do governo FHC. O Estado praticamente se retirou da educação, sobretudo no ensino superior. E houve uma desqualificação no ensino médio.

Agora, durante os sete anos do governo Lula a gente percebe que houve uma nova orientação de tentar que o Estado recupere a sua responsabilidade, seu dever. Houve avanços, no aumento de vagas nas universidades públicas, se criaram novas universidades federais em várias regiões, aumentaram em 120 as escolas técnicas do sistema CEFET.

Mas ainda não há um projeto que de fato universalize a educação como parte dessa libertação da classe. Por que não há um projeto? Porque não há um projeto de país. Não se pode discutir a educação separado de um projeto para a classe. Por isso que, embora eu acredite que há um grupo dentro do MEC que tem boa vontade e que tem consciência dos problemas, eles também esbarram nesse desafio que é histórico. Você não pode construir um projeto de educação que universalize o acesso à universidade, que mude as práticas pedagógicas, que melhore a qualidade do ensino sem que isso esteja combinado com um projeto de país. E o governo Lula, infelizmente, não tem um projeto de país – ele é no máximo uma transição, entre barrar as políticas neoliberais clássicas para um projeto que ainda não existe.

Então eu acho que nós freamos o neoliberalismo clássico do governo FHC e agora estamos em uma transição e, quando vier o reascenso de massas e quando vier a possibilidade de uma governo que se articule com um projeto de nação, aí nós vamos poder recuperar também o papel da educação pública e gratuita em todos os níveis.

Por exemplo, mais além do aspecto ideológico e pedagógico, que significaria esse tipo de projeto, não há como desenvolver a universalização da educação no Brasil, contratar milhares de professores, melhorar as condições de salário, construir universidades, salas de aula, equipá-las, colocar internet banda larga para todo mundo, se não houver um grande volume de recursos públicos, porque mais que gasto, é um investimento. Mas para se ter esses investimentos públicos em educação, só rompendo com o superávit primário, que hoje desloca 200 bilhões de reais por ano de recurso público para os bancos, para pagar juros. Isso não se rompe se não houver um outro projeto. Essa é a leitura conjuntural que nós estamos fazendo do processo da Educação.

Claro que tudo isso não resolve os problemas fundamentais que nós temos na educação, sobretudo na qualidade do ensino médio, que é uma desgraça – nós temos 89% da população que chegou ao ensino médio, mas a qualidade está muito baixa! – e a essa situação de que apenas 13% da juventude chega à universidade – isso é inaceitável. Na Coréia do Sul, que é um país com economia mais pobre que a nossa, 97% da juventude chega à universidade. Na Bolívia, 60% dos jovens chega à universidade. Qualquer projeto de mudança nesse país, ainda que paliativo, tem que partir desse pressuposto:

universalizar o acesso à educação e colocar pelo mínimo 80% da nossa juventude na universidade pública e gratuita.

G. Podemos afirmar que o MST está construindo outros pilares para o projeto educacional do Brasil soberano, a saber – consistente base teórica, consciência de classe, formação política e organização revolucionária – que se contrapõe aos pilares dos organismos internacionais – aprender a aprender, aprender a ser, a aprender a fazer e aprender a conviver?

S. O MST, e diversos outros movimentos sociais, alguns setores de igreja, alguns setores das escolas públicas, acho que estamos fazendo um esforço tremendo, de ir criando experiências, apreendendo, desenvolvendo projetos e praticas pedagógicas, que possam no futuro acumular para um novo projeto de educação. Um projeto público, universalizante e libertador.

Essas praticas fazem parte desse acúmulo que já há de consciência crítica na sociedade brasileira, entre os pedagogos comprometidos com a classe trabalhadora, com os setores das universidades comprometidos, com os setores de esquerda que atuam nas áreas de ensino, com a experiência de alguns sindicatos de professores, que sempre tiveram uma luta muito importante nessa direção. Então, não somos os únicos, nem somos a vanguarda. Nós só queremos ser um espaço a mais e dedicar energias para esse processo – que deve ser de toda sociedade brasileira, pelo menos dos setores da classe trabalhadora mais conscientes – para com isso contribuir para um acúmulo geral de conhecimentos, que se está produzindo em vários processos, vários espaços de organização popular da nossa sociedade. Evidentemente que, modestamente, nós sabemos que essas nossas experiências são apenas uma espécie de laboratório, porque elas são muito pequenas do ponto de vista da sociedade. Mas que elas sirvam de laboratório para nós irmos corrigindo a nossa prática, corrigir os conhecimentos e no futuro nós poderemos então, a partir dessa experiência, massificar, ou seja, levar para toda a sociedade, no meio rural e no meio urbano. Nós estamos ainda, eu diria, em um período histórico de aprendizado e de acúmulo de conhecimentos que nos permitam no futuro amplificar e ser uma espécie de reserva de conhecimento da classe trabalhadora, para que a classe como um todo perceba a importância da educação, dos métodos pedagógicos para o processo de mudanças sociais da sociedade brasileira

G. Um dos desafios do atual momento é unir as diferentes categorias de trabalhadores. Como e de que forma o MST pode contribuir para articular as diferentes frentes e movimentos de luta pela superação do atual modo de produção?

S. Somos um movimento muito pequeno. Nós nunca tivemos a vocação de ser protagonistas ou hegemônicos. Nós sempre tivemos a visão de que esse processo de unidade é um processo de aglutinação da pluralidade, das diferentes formas do povo brasileiro se organizar, seja em sindicato, seja em associação, seja em movimentos, seja em partidos políticos. Como nós estamos em um período de refluxo do movimento de massas, a tendência é o contrário – é a dispersão, é a divisão. As pessoas se dividem por qualquer questão ideológica. Por qualquer vírgula em um documento já estão brigando –

porque não têm um projeto que dê unidade. Modestamente (de novo) nós estamos procurando colocar energias para criar espaços, ambientes políticos de unidade. Mas nós sabemos que a unidade de todo mundo nunca vai acontecer, porque é natural que haja visões ideológicas diferentes desse processo. Eu fiz toda uma leitura durante essa entrevista que é um tipo de análise da realidade e da situação. Outras correntes de forças populares brasileiras vão fazer análises diferentes: ou vão dizer que agora com o governo Lula já estamos num reascenso ou vão dizer, como outras correntes que há que o governo Lula só aumentou o neoliberalismo e que a revolução está aí na esquina. Então, há diferentes formas ideológicas de ver, mas eu acho que dentro de blocos ideológicos nós devemos construir a unidade. A unidade não significa unanimidade, mas unidade de forças em torno de um projeto. Bom, haverá vários projetos, claro, mas com identidades ideológicas diferentes. E a luta de classes é que vai dizer qual desses projetos é mais viável, porque inclusive do ponto de vista teórico ninguém pode ter a petulância de dizer “o meu projeto é melhor que o teu”. No fundo, o teste da verdade vai ser a prática: se a prática da luta de classes viabilizar aquele projeto, significa que ele era o mais apropriado para aquele momento histórico. Assim como não significa que os outros eram ruins, mas reflete que as massas não conseguiram, ou seja, não aceitaram aqueles outros projetos. Então nós estamos botando energia para construir unidade em torno de um projeto que nós chamamos de “projeto popular”, que é dar-se conta de que entre a situação atual no modelo capitalista dependente e o sonho, o futuro do socialismo, aqui no meio, nós temos uma transição, que vai ser um longo período, e essa transição nós chamamos de projeto popular. Mas o que seria esse projeto popular? É conseguir fazer lutas de massa para resolver os problemas fundamentais da população brasileira – o problema do trabalho, do emprego, da renda, da terra, da moradia, da educação e da cultura. Bem, há outros companheiros que acham que nós já estamos em um período histórico de defender um projeto de socialismo já, e eles têm todo o direito. Nós achamos que não há viabilidade histórica de defender o socialismo como um programa mínimo nesse momento. Então nós estamos procurando colocar energias para que ao redor do projeto popular se congreguem frentes de massa. Estamos construindo a Via Campesina no meio rural, que é a conjugação de vários movimentos sociais que atuam no campo com diversas categorias dos camponeses e a nível geral estamos construindo a Assembléia Popular, que seria uma frente de massas dos vários movimentos sociais que há no Brasil, justamente para se aglutinar em torno de um projeto. E nós esperamos que os outros projetos que estão sendo debatidos também pelo menos entre eles criem unidade. Quanto mais unidade de forças houver em torno de um projeto, mais fácil será nós alavancarmos um novo período histórico de luta de massas.

G. Diante da propaganda maciça de que a história tinha acabado e que não restava outra coisa senão adequar-se a ela e tentar melhorar o capitalismo, um dos desafios que temos é recolocar em questão que a história não acabou e, portanto, que é preciso pensar num projeto de uma nova educação e sociedade. Como fazer isso? Como construí-las?

S. Eu acho que ao longo de toda essa entrevista, esses elementos perpassaram nossa visão de mundo, de futuro, de perspectivas. Com um entendimento de que a luta de classes é histórica e funciona por

ciclos. Que agora estamos num período de descenso. Que temos que botar energias para estimular a luta social – no fundo é a luta social que é a verdadeira escola da classe trabalhadora, é a luta social que aglutina, é a luta social que arranca conquistas dos capitalistas e é a luta social que permite ir construindo unidade de projetos. O segundo desafio é esse da formação de militantes. A esquerda em geral e os movimentos abandonaram a formação de quadros – isso é uma vergonha! E não é possível nós construirmos força popular e nem projetos sem militantes, sem quadros. E o quadro tem que ser preparado por essa combinação: luta social, mas teoria, para que disso gere uma práxis revolucionária, transformadora. E assim, nós temos que colocar muito mais energia em escolas de formação, em cursos de formação para preparar milhares de militantes de quadros no Brasil. E nós estamos muito atrasados em tudo isso. Sem querer fazer nenhuma crítica, mas imaginem vocês aqui na Bahia (nós notamos isso em São Paulo, onde eu vivo), quando é preciso fazer uma análise de conjuntura do ponto de vista da luta de classes e entender a correlação de forças, quantos companheiros nós temos preparados para fazer esse tipo de análise? Muito poucos, e por quê? Porque a maioria dos militantes e formadores não foram educados, vamos dizer assim, no bom sentido, de se prepararem com os conhecimentos científicos, para que eles mesmos tenham a capacidade de analisar a correlação de forças e entender o que está acontecendo na luta de classes. Então esse desafio é fundamental. Nós temos que multiplicar escolas de quadros, escolas de militantes, cursos para preparar uma nova geração, porque a geração passada está perdida pelo neoliberalismo. Os jovens que chegam à universidade hoje e o que há dentro da universidade está perdido, porque isso é fruto do neoliberalismo. Então nós temos que, fora da universidade, preparar militantes de quadros para preparar uma nova geração que possa ser a espinha dorsal nas organizações populares que estimulem e organizem a classe trabalhadora para as lutas. E o terceiro desafio é esse, de saber que nós estamos nesse período histórico de refluxo e que agora nós temos que fazer um grande esforço para construir um projeto ou vários projetos, mas pelo menos projetos que aglutinem setores do nosso povo e da nossa classe que dêem unidade, que acumulem forças para que se rompa essa dispersão que nós vivemos agora.

Notas

¹ Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Pós-graduado pela Universidade Nacional Autónoma do México. Fundador e Membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra